

Um projeto do Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais, Genebra

small arms survey 2007



as armas e a cidade

Capítulo 7

Mapeando um país dividido: Violência por armas de fogo e urbanização no Brasil

Rubem César Fernandes e Marcelo de Sousa Nascimento, com a colaboração de Jaison Cervi, Leonardo Costa, Miriam Costa, Pablo Dreyfus, Keila Lola, Julio Purcena, Patricia Rivero, Diego Solares, Alexis Teixeira, Nelson do Valle, e Christina Vital da Cunha

CAMBRIDGE

Small Arms Survey

O Small Arms Survey é um projeto independente de pesquisa localizado no Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais, em Genebra, na Suíça. É a principal fonte internacional de informações sobre armas pequenas e violência armada em todos os aspectos, além de um centro de pesquisas voltado para governos, propositores de políticas públicas, pesquisadores e ativistas. O projeto conta com uma equipe internacional formada por especialistas em segurança, ciências políticas, políticas públicas internacionais, legislação, economia, estudos sobre desenvolvimento, resolução de conflitos e sociologia. A equipe do Small Arms Survey trabalha próxima a uma rede mundial de pesquisadores e parceiros.

Small Arms Survey
Instituto de Pós-Graduação em Estudos Internacionais
47 Avenue Blanc, 1202
Genebra, Suíça

Telefone: +41 22 908 5777

Fax: +41 22 732 2738

E-mail: smallarm@hei.unige.ch

Web site: www.smallarmssurvey.org

Viva Rio

Desde 1993, Viva Rio, uma ONG sediada no Rio de Janeiro, tem trabalhado para combater uma onda crescente de violência urbana — um problema que afeta principalmente jovens — nas cidades brasileiras. Viva Rio desenvolve campanhas em prol da paz e contra a proliferação de armas pequenas, assim como projetos com o objetivo de reduzir a violência armada.

Para confrontar problemas associados com a proliferação e o mal uso de armas de fogo são feitas atividades em nível local, nacional e internacional. Nesse sentido, Viva Rio tem três objetivos principais: reduzir a demanda por armas (ações para sensibilizar a sociedade civil para os riscos envolvendo o porte e uso de armas de fogo e para responder ao lobby da indústria de armas); reduzir a oferta de armas (frear o tráfico ilícito de armas e controlar a produção, vendas, exportações e importações de armas pequenas e munição); e melhorar o controle de estoque (destruição do excesso de armas e aumento da segurança dos locais de estoque).

Viva Rio
Rua do Russel 76, Glória, Rio de Janeiro
22210010, RJ, Brasil

Telefone: 55-21-2555-3750

Web site: www.vivario.org.br

Foto: Fabio Cuttica/Contrasto/eyevine
Small Arms Survey 2007 ISBN: 978-0-521-70654-4



Tradução: Luisa Prieto Lamas

Edição Final: Tania Inowlocki (Small Arms Survey)

Assistente de Edição: Natasha Leite de Moura (Viva Rio)

Diagramação: Richard Jones (rick@studioexile.com)

Cartografia: Jillian Luff, MAPgrafix

Mapeando um país dividido

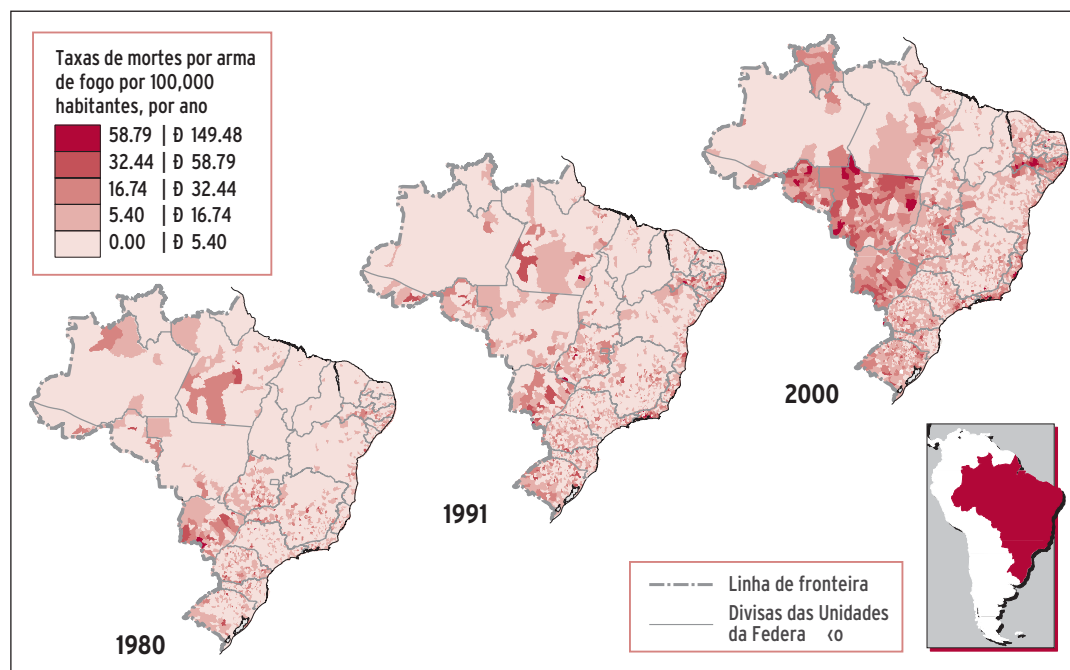
VIOLÊNCIA POR ARMAS DE FOGO E URBANIZAÇÃO NO BRASIL

APRESENTAÇÃO

Os turistas consideram o Brasil um destino amigável e convidativo¹. Os sociólogos se referem ao país como sendo uma “cultura cordial” e uma “democracia racial” (Owensby, 2005), enquanto os historiadores lembram a transformação gradual e pacífica, na política, a partir da época antes da independência², num país quase sem registro de conflitos violentos em sua história recente (Skidmore, 1976). Todavia, a sociedade brasileira se destaca hoje por seu nível elevado de violência com armas de fogo. A vitimização por armas de fogo aumentou constantemente dos anos 70 até 2004, quando os primeiros sinais de redução foram divulgados³. A taxa de mortes por arma de fogo triplicou, de 7 para 21 mortes por 100.000 habitantes no período 1982–2002 (Phebo, 2005, p.11).

Os meios de informação têm coberto a violência por armas de fogo de modo extensivo, mas simplificado. Os relatos da mídia focalizam ações espetaculares do crime organizado — como 12 ataques simultâneos ao acaso, a pessoas e especialmente a policiais, dia 29 de dezembro de 2006, que provocaram 19 mortes e ferimentos graves em 12 pessoas (Astor, 2006). Focalizar tais ações ofusca os efeitos mais mortíferos da violência rotineira por armas

Mapa 7.1 Taxas de mortes por armas de fogo, por 100.000 pessoas no Brasil em 1980, 1991 e 2000



de fogo, que, além disso, é um fenômeno não apenas urbano mas também rural. O Mapa 7.1 mostra as mudanças ocorridas, por município, em um período de 20 anos, indicando o aumento dramático das mortes por arma de fogo em todo o país.

O Brasil é um país com taxas de vitimização por armas de fogo que superam as taxas de alguns países em guerra. Não existindo conflitos políticos importantes, a explicação desse fenômeno exige que se estudem outras causas; também exige focalizar contextos “micro” nos quais indivíduos e pequenos grupos interagem e agem uns contra os outros. Em linguagem de saúde pública, requer que se focalizem os fatores de risco e de proteção que agem na violência por armas de fogo na sociedade brasileira⁴.

Este texto examina a incidência da violência por armas de fogo nos municípios brasileiros e nas áreas rurais, com atenção especial para os fatores de risco e de proteção social. Algumas de suas principais constatações são as seguintes:

Os níveis de vitimização por armas de fogo no Brasil superam aqueles de alguns países em guerra.

- Os homicídios com armas de fogo estão correlacionados à urbanização, mas os suicídios com armas de fogo não.
- Os homens correm 17 vezes mais risco de serem vítimas de armas de fogo do que as mulheres, em áreas urbanas, mas essa diferença diminui em áreas rurais.
- Pistolas e revólveres, e armas automáticas, são mais comuns em áreas urbanas, enquanto espingardas predominam em áreas rurais. Determinados tipos de armas de fogo são muito associados com certos tipos de utilização e de usuários.
- A desigualdade social tem correlação com a violência por armas de fogo, enquanto a pobreza propriamente não tem correlação.
- O fator de risco mais significativo para a violência por armas de fogo é a juventude (entre 15 e 29 anos), que não está estudando e não está trabalhando.
- A variável “família uniparental dirigida por mulher e com filhos menores de 21 anos que não trabalham” está claramente associada à violência por arma de fogo.
- O risco de vitimização por homicídio por arma de fogo varia segundo o grupo étnico. Negros e pardos têm maior probabilidade de vitimização do que brancos, enquanto brancos têm maior probabilidade de cometer suicídio do que negros ou pardos⁵.
- Quanto mais baixa a renda, mais alta a possibilidade de ser vítima de homicídio por arma de fogo. No entanto, ocorre o inverso quanto a suicídios: a renda mais alta está associada a auto-ferimentos e morte.
- A prática religiosa (nas igrejas católica e protestantes) é um fator de proteção contra a violência por arma de fogo.
- Ainda que a existência de armas de fogo em casa seja um fator de risco em todas as circunstâncias, tanto para os homicídios como para os suicídios, ela não pode ser considerada de modo isolado. Existe prevalência maior de propriedade de armas de fogo em contextos rurais do que em contextos urbanos, mas a incidência de mortes por armas de fogo é menor em áreas rurais.

O texto prossegue discutindo as fontes de dados e as metodologias utilizadas para analisar a violência por armas de fogo no Brasil. Em seguida, estuda os padrões de homicídios e de suicídios por município e por faixa etária, por gênero e por grupo étnico. Depois, apresenta o resultado de análises de regressão múltipla aplicadas a uma série de determinantes sociais-chave da violência urbana e rural por armas de fogo, relativas a homicídios e a suicídios. O capítulo termina apresentando um conjunto de conclusões e de observações relevantes.

Um rapaz, com a palavra "paz" escrita nas costas, participa de ato contra a violência no Rio de Janeiro, dezembro de 2004.
© Kita Pedroza/Viva Rio



VIOLÊNCIA POR ARMAS DE FOGO POR TIPO DE MUNICÍPIO: COLETA DE DADOS

Dados municipais

No Brasil, os governos municipais remetem relatórios anuais sobre o número de habitantes das áreas rural e urbana de seus municípios. Esta é a fonte oficial utilizada pelo governo brasileiro quando precisa de informações sobre a repartição da população, urbana e rural, no país. Mas os registros municipais são qualificados por interesses locais, como o valor do imposto territorial e o imposto sobre serviços, que variam segundo o ambiente urbano e rural. Assim, este texto acrescenta duas variáveis amplamente reconhecidas como critérios para diferenciar áreas urbanas

Caixa 7.1 Metodologia do Estudo

A base de dados usada para este estudo integra informações de três fontes diferentes. O Banco de Dados do Ministério da Saúde (DATASUS), que inclui dados sobre mortes por arma de fogo (Brasil, s.d). Os dados do IBGE, o departamento de estatísticas oficial do Brasil, com informações demográficas do censo mais recente em 2000 (IBGE, s.d). O relatório de pesquisa *Brasil: as armas e as vítimas* (Fernandes, 2005a), é uma pesquisa produzida pelo ISER (Instituto de Estudos da Religião), o Viva Rio e o Small Arms Survey, sobre a disponibilidade de armas de fogo. Os dados dessas três fontes foram consolidados por município (a menor unidade do sistema de governo no Brasil). Cruzando os dados dessas fontes, os autores podem explorar a relação entre numerosos fatores sociais, a disponibilidade de armas pequenas e a vitimização por arma de fogo nos 5.507 municípios do Brasil (em 2000). As diferenças de mortalidade por armas de fogo em áreas urbanas e rurais, e a influência de fatores sociais foram estimados por modelos de regressão múltipla⁷. Os desvios de padrões identificados foram submetidos a uma rápida avaliação qualitativa.

Tabela 7.1 Municípios no Brasil: urbanos, semi-urbanos e rurais**Urbanos: 455 municípios**

	População	Densidade Populacional por Km ²	Porcentagem oficial de população urbana
Média	202.103	840	94%

Semi-urbanos: 996 municípios

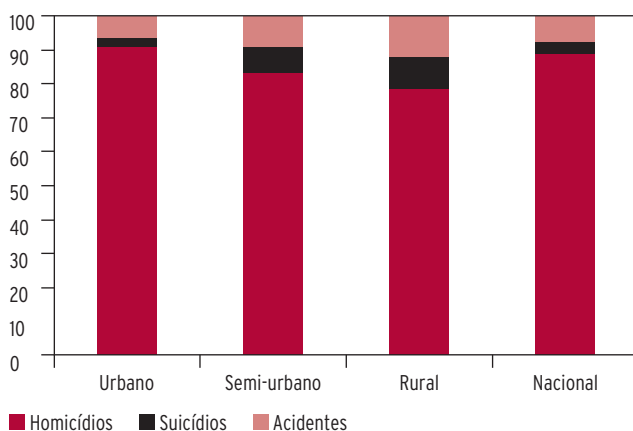
	População	Densidade Populacional por Km ²	Porcentagem oficial de população urbana
Média	28.448	66	78%

Rurais: 4.056 municípios

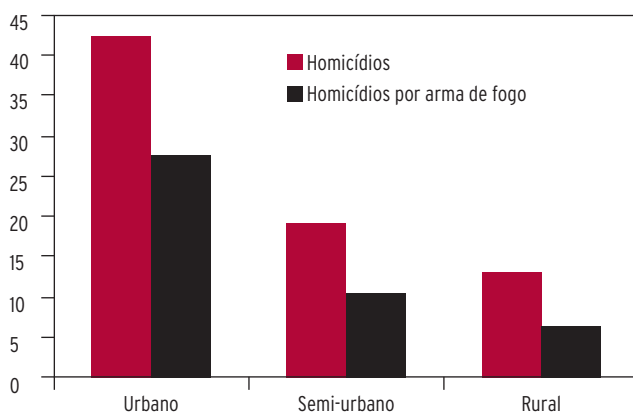
	População	Densidade Populacional por Km ²	Porcentagem oficial de população urbana
Média	12.206	22	50%

Gráfico 7.1 Mortes por arma de fogo no Brasil por causa (%), ano 2000

PERCENTUAL

**Gráfico 7.2 Homicídios e homicídios por arma de fogo por 100.000 habitantes em municípios urbanos, semi-urbanos e rurais**

MORTES POR 100.000 HABITANTES



e rurais, que são o tamanho da população e a densidade populacional por km². Pesando e combinando esses três critérios, (a classificação oficial, o tamanho da população e a densidade) os municípios podem ser divididos em urbanos, rurais e um grupo intermediário de municípios urbanos com características rurais importantes, chamadas de áreas “semi-urbanas” no capítulo (ver Tabela 7.1).⁶

Taxa de mortalidade por arma de fogo nos municípios

Após dividirmos os 5.507 municípios nas categorias urbano, semi-urbano e rural, podemos comparar as taxas de mortalidade por arma de fogo por município (Ver Fig. 7.1). Homicídios são a essência do problema no Brasil, que ostenta uma das taxas mais elevadas do mundo. Por outro lado, o índice de suicídios permanece em nível relativamente baixo, comparado com o de outros países, mesmo na América Latina⁸.

Mortes acidentais por armas de fogo são mais comuns entre crianças e em municípios rurais (Phebo, 2005). Este texto só aborda homicídios e suicídios por armas de fogo.

Caixa 7.2 Armas de fogo em zonas urbanas e rurais

Estudos anteriores mostraram maior predominância de armas de fogo em zonas rurais do que em zonas urbanas no Brasil (Dreyfus e de Sousa Nascimento, 2005). Todavia os tipos de armas variam segundo os municípios. No Brasil, espingardas de caça são mais comuns em ambientes rurais, enquanto armas de punho prevalecem mais nas cidades. Os moradores de algumas regiões nas maiores cidades preferem armas automáticas, muitas vezes utilizadas em combates por atores do crime organizado. O tipo de arma predominante tem efeito poderoso nos índices de mortalidade. Pistolas e revólveres, e armas automáticas são associados com maior frequência a casos letais do que espingardas, o que explica, em parte, porque as taxas de homicídio em zonas urbanas ultrapassam as taxas de zonas rurais, apesar da maior proporção de posse de armas em zonas rurais⁹.

HOMICÍDIOS E HOMICÍDIOS POR ARMAS DE FOGO: URBANO X RURAL

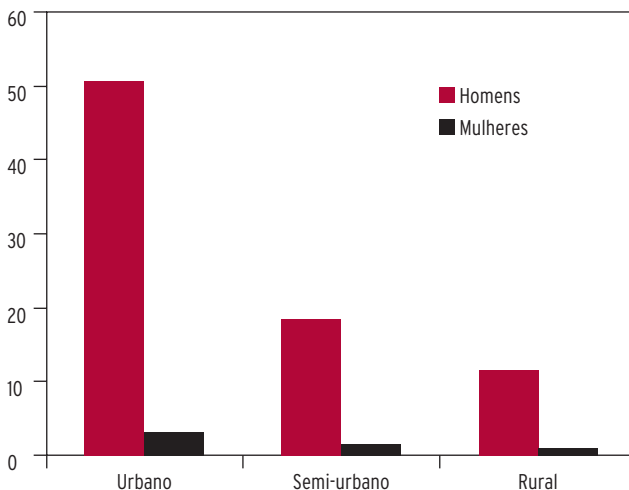
O padrão de distribuição de homicídios na divisão entre espaços urbano e rural é bastante consistente em todo o Brasil. O Gráfico 7.2 mostra que a urbanização tem forte correlação com homicídios de toda espécie. A taxa média de homicídios nos municípios urbanos do Brasil é mais que o dobro daquela dos municípios semi-urbanos e mais do triplo da média dos municípios rurais.

As armas de fogo são um fator importante nessa equação, na medida em que agravam as disparidades. Como mostra o Gráfico 7.2, o uso de armas de fogo em homicídios aumenta quando se passa de ambiente rural para semi-urbano e para ambiente urbano. Assim, o papel das armas de fogo em homicídios é maior em municípios urbanos (65%) do que em municípios semi-urbanos (55%), onde por sua vez é maior do que em municípios rurais (53%). A urbanização no Brasil está ligada a taxas mais elevadas de violência letal, e também a utilização mais intensa de armas de fogo.

O gênero é um fator relevante. A utilização letal de armas de fogo é dominada por homens, seja como vítimas ou como agente perpetrador. O papel do homem na violência com armas de fogo aumenta com o nível de urbanização no Brasil, como se vê no Gráfico 7.3. Os homens têm dez vezes mais probabilidade do que as mulheres de morrerem vítimas de armas de fogo em ambiente rural. Essa enorme disparidade aumenta para 17 vezes nos níveis mais altos de urbanização. Do mesmo modo, a magnitude da diferença em taxas de morte por armas de fogo entre

Gráfico 7.3 Homicídios por arma de fogo, por gênero e ambiente em 2000

HOMICÍDIOS POR ARMA DE FOGO POR 100.000 HABITANTES

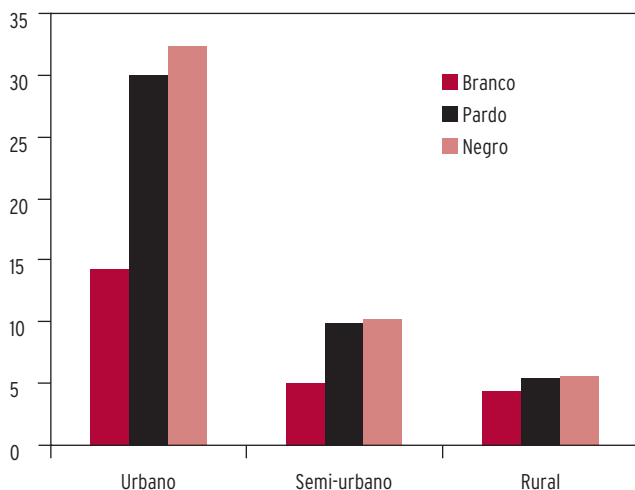


homens da área rural comparado com homens do espaço urbano (4,4 vezes) também supera em muito a diferença em taxas de mortalidade entre mulheres rurais comparada com mulheres urbanas (2,5 vezes maior)¹⁰.

O grupo étnico mostrou ser outro poderoso indicador da vitimização por armas pequenas no Brasil, como se vê no Gráfico 7.4. Os números são claros: a possibilidade de morrer por arma de fogo no Brasil muda segundo o grupo étnico, tendo os brancos a menor probabilidade de morrer por arma de fogo, os pardos maior probabilidade que os brancos, e negros a maior probabilidade de morrer vítima de arma de fogo.¹¹

Gráfico 7.4 Homicídios com armas de fogo por grupo étnico em 2000

HOMICÍDIOS POR ARMA DE FOGO POR 100.000 HABITANTES

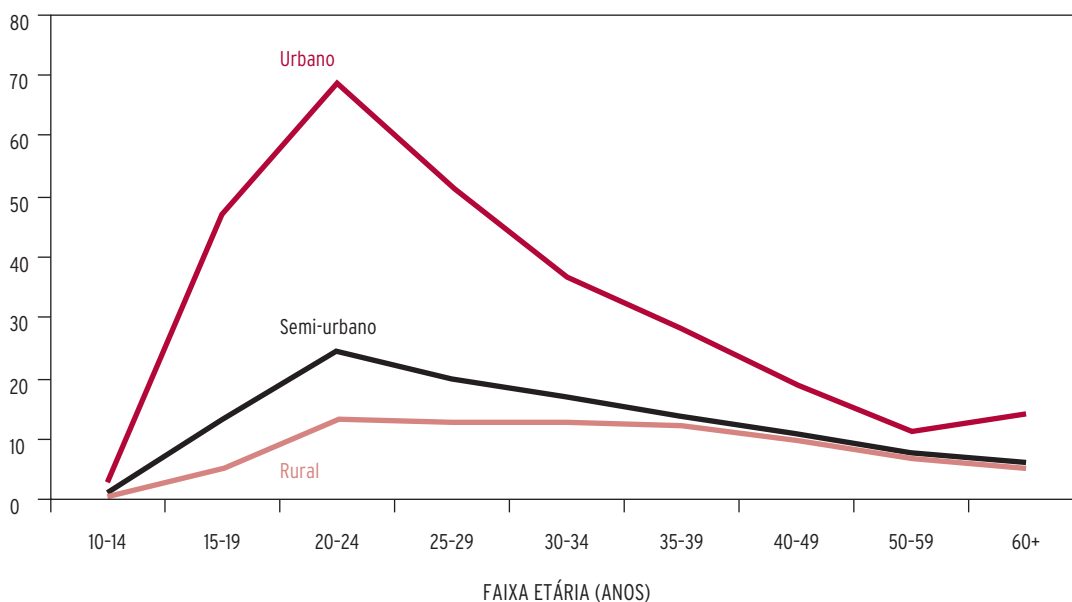


O padrão está bem demonstrado no contexto rural: os negros mostram as maiores taxas de vitimização, seguidos pelos mestiços e finalmente pelos brancos. No entanto, os índices globais de mortalidade aumentam fortemente do espaço rural para o espaço urbano, notando-se uma importante variação: as disparidades entre grupos étnicos mudam muito quando se passa do espaço rural para o urbano. Por exemplo, em ambiente rural, a taxa de mortalidade para pardos é 19% mais elevada do que para brancos. Em ambiente semi-urbano, a diferença passa para 47% e atinge 108% em ambiente urbano. A urbanização protege os brancos e aumenta os riscos de pardos e negros.

Assim, quando aumenta a violência por armas de fogo, a sociedade brasileira parece deslizar do tradicional modelo tripla de classificação étnica (negro, pardos, branco) para uma divisão bipolar entre brancos de um lado e mestiços e negros juntos de outro lado. “Mestiço”, ou “pardo”, como categoria, que indica muitas vezes um meio termo entre “negro” e “branco” como indicador social, agora já não pode manter essa posição, dando lugar a uma polarização radical entre negros e mestiços juntos, de um lado, e brancos de outro lado, sendo que branco tem o significado de proteção, e negro/pardo o sentido de risco.

Gráfico 7.5 Homicídios por arma de fogo por faixa etária, 2000

HOMICÍDIOS POR ARMA DE FOGO POR 100.000 HABITANTES



As taxas de mortalidade por armas de fogo muitas vezes são sensíveis à variação da faixa etária (OMS, 2002). Mas desagregar os índices brasileiros por idade e por tipo de município cria um cenário diferente, como se vê no Gráfico 7.5. As taxas de homicídio são relativamente baixas na faixa de 10 a 14 anos, depois aumentam e se diferenciam de modo significativo em graus variados. De modo mais impressionante, a taxa no meio urbano dispara para 70 mortes por 100.000 habitantes na faixa entre 20 e 24 anos, mais de cinco vezes a taxa no meio rural para a mesma faixa de idade. As formas da curva são ainda mais reveladoras. Na área rural, os homicídios por armas de fogo atingem seu pico para jovens de sexo masculino de idade entre 20 e 24 anos e em seguida declinam lentamente durante a idade adulta. Em áreas urbanas, o declínio é mais forte no começo da idade adulta. A curva intermediária, entre o rural e o urbano, tem também, uma forma intermediária entre o rural e o pico urbano¹².

DETERMINANTES SOCIAIS DOS HOMICÍDIOS POR ARMA DE FOGO EM MEIO URBANO E RURAL

Para explorar os diversos fatores sociais que, juntos, podem afetar a violência por arma de fogo no Brasil, aplicou-se a técnica denominada *modelo de regressão múltipla (com o método de estimação OLS)*¹³. As variáveis testadas foram reduzidas a partir de 100 indicadores. A maioria foi excluída por redundância, ou por não mostrarem relevância estatística. Encontram-se maiores detalhes sobre o exercício de modelagem dos homicídios por arma de fogo no Anexo 3.

Neste caso, a análise de regressão múltipla foi realizada com dados sobre o país como um todo, e para ambientes urbanos, semi-urbanos e rurais. Os resultados estão resumidos na Tabela 7.2, e discutidos mais abaixo.

Tabela 7.2 Determinantes sociais dos homicídios por arma de fogo no Brasil

	Nacional	Urbano	Semi-urbano	Rural
Coefficiente de determinação (R²)	33%	55%	33%	24%

Fatores de risco

Densidade demográfica
Desigualdade
Porcentagem de jovens (15-29 anos) na população
Jovens (15-29 anos) fora da escola e sem emprego, com menos de 8 anos de estudo
Média de anos de estudo
Famílias vulneráveis (uniparental, chefiadas por mulheres, com filhos menores de 21 anos que não trabalham)
Porcentagem de migrantes na população
Armas de fogo por domicílio

Fatores de proteção

Porcentagem de Católicos
Porcentagem de Protestantes

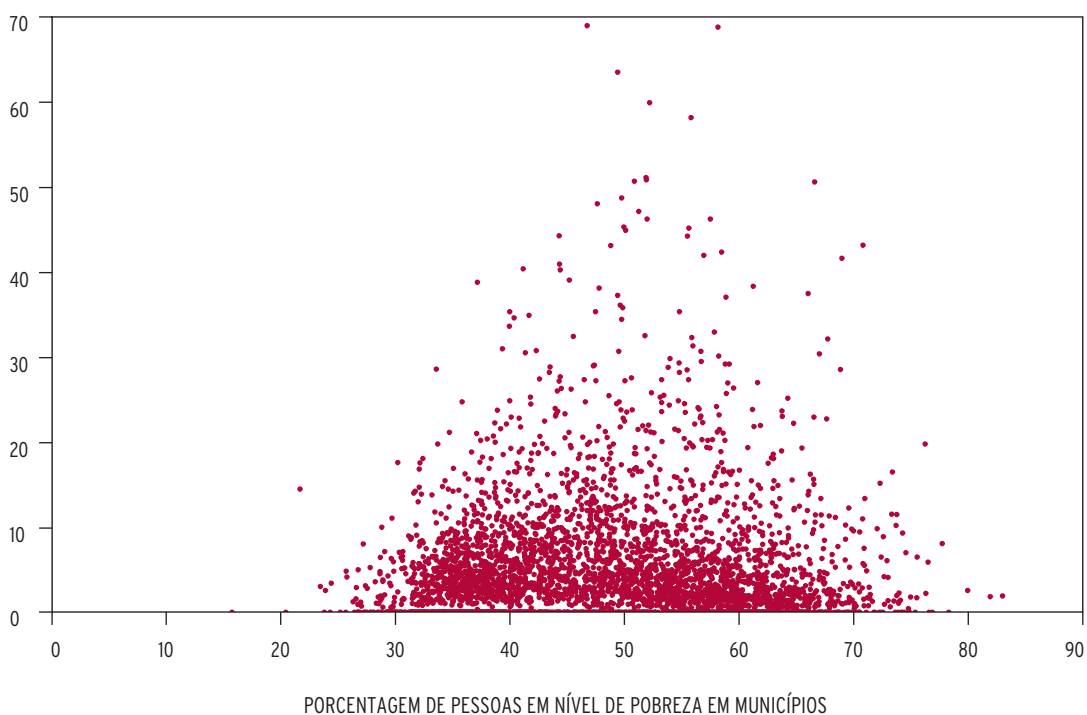
Variável dependente: Taxa de homicídios por armas de fogo por 100.000 habitantes

Os coeficientes de determinação dos modelos testados por nível de urbanização diminuem do ambiente urbano (55%) para semi-urbano (33%) e para ambiente rural (24%). Mas em todos os casos alcançou-se um nível aceitável de comprovação, apesar dos resultados serem mais bem adaptados para municípios urbanos do que rurais. Em outras palavras, esses fatores relacionados parecem estar mais concentrados — isto, é, parecem ter mais força explicativa em ambientes urbanos, nos quais a diversidade de experiências é limitada, do que em ambientes rurais, onde as situações são mais abertas. Isso tenderia a sugerir que é preciso uma gama maior de variáveis para explicar a violência por arma de fogo em áreas rurais. Ao mesmo tempo, fica patente a natureza muito concentrada da violência por arma de fogo em áreas urbanas: geograficamente, demograficamente e sociologicamente, um número menor de variáveis pode dar conta da explicação. Apesar dessas diferenças, os fatores identificados neste modelo estão associados a variações na violência com arma de fogo em todos cenários. Alguns fatores utilizados no modelo — e alguns dos que foram excluídos — são examinados a seguir.

- **Densidade demográfica:** mostrou ser o melhor indicador em todos os níveis de urbanização, e em todo o país. Em regra geral, quanto maior o número de habitantes por km², mais alta a taxa de homicídios por arma de fogo em um dado município. O tamanho da população, que, em muitos casos, é um indicador importante, não é tão forte. Por essa razão, e porque a densidade e a população têm características comuns, conservou-se aquela e excluiu-se esta. A definição oficial de populações “urbana” e “rural” no Brasil foi o indicador mais fraco envolvendo o impacto da urbanização no modelo.

Gráfico 7.6 Taxa de homicídios por arma de fogo por porcentagem das pessoas em nível de pobreza em municípios brasileiros*

TAXA DE HOMICÍDIOS POR ARMA DE FOGO POR 100.000 HABITANTES



* A definição de “pessoas em nível de pobreza” é a “porcentagem de pessoas com renda familiar per capita de menos de 50% do salário mínimo (cerca de USD 41 em 2000) por mês”.

- **Desigualdade** também é importante na explicação da variação dos homicídios por arma de fogo por município. A hipótese de que quanto mais aguda a desigualdade maior o número de homicídios por arma de fogo foi verificada por meio de dois indicadores bem conhecidos: Theill-L e Gini, que são usadas para comparar a distribuição da renda observada e seu desvio de uma distribuição padrão. Ambos os testes sugerem que, de fato, a desigualdade é um fator importante para os homicídios por arma de fogo no Brasil¹⁴.
- **A variação na renda** mostrou-se importante em alguns contextos, mas logo perdeu valor explicativo quando combinada a outras variáveis indicadoras de hierarquia social, como anos de escolaridade, por exemplo. Por essa razão, a renda foi excluída do modelo, enquanto a desigualdade mostrou resistência às diversas combinações de fatores.
- O percentual de pessoas na **pobreza**, como a renda, não prognosticou de forma sólida os homicídios por arma de fogo. Definida como “percentual de pessoas com renda familiar per capita de menos de 50% do salário mínimo por mês (cerca de USD 41 em 2.000)”, por si só não parece predizer homicídios por arma de fogo, em nenhum cenário. Então a pobreza, assim definida, foi excluída do modelo. O Gráfico 7.6 ilustra este ponto: ali, o eixo horizontal mostra o percentual de pessoas na pobreza em todos os 5.507 municípios. O eixo vertical mostra a taxa de homicídios por arma de fogo por 100.000 habitantes na mesma cidade. O gráfico mostra que, apesar do percentual de pessoas na pobreza variar consideravelmente (entre 25 e 75%), a distribuição dos homicídios por arma de fogo não sofre variação correspondente. Em outras palavras, a pobreza em si tem pouca associação causal com homicídios por arma de fogo.
- **A proporção de jovens na população** é, sim, um fator importante. Se focalizarmos o “percentual de pessoas entre 15 e 29 anos na população”, a proporção de jovens e a taxa de homicídios por arma de fogo estão ligadas de forma positiva e consistente no Brasil. Este é um fato não só para o país como um todo, mas também em municípios urbanos, semi-urbanos e rurais.
- **Jovens fora da escola e que não trabalham** é outro indicador importante, mesmo se comparado a variáveis associadas, como a proporção de jovens ou a escolaridade. A variável específica “pessoas entre 15 e 29 anos que não terminaram o primeiro grau (8ª série) e que não estão estudando nem trabalhando” poderia até servir de guia prático para definir o grupo de risco em situações de violência com armas de fogo no Brasil. A variável tem um perfil institucional claro (“fora da escola e fora do trabalho”) que pode ser útil para definição de políticas públicas corretivas.
- A variável **famílias vulneráveis** passou no teste empírico para prever violência com armas de fogo em qualquer cenário. A variável foi definida como “família uniparental chefiada por mulher, com filhos menores de 21 anos que não trabalham”. Os resultados são inequívocos, e indicam uma estrutura familiar que provavelmente reproduz as condições de desigualdade, gerando crianças e jovens muito expostos à violência por arma de fogo.
- Junto com a urbanização, **a existência de armas de fogo no domicílio** é um fator importante no modelo. Em municípios rurais, a disponibilidade de arma de fogo, entre dez variáveis diversas, mostra o coeficiente mais alto para explicar a mortalidade por arma de fogo. Em ambientes semi-urbanos, é o segundo fator mais importante, e o terceiro em ambientes urbanos. A disponibilidade de armas tem valor explicativo sobre as variações de homicídios por arma de fogo, e sobretudo quando combinada com outras variáveis-chave, como densidade populacional, vulnerabilidade familiar, ou jovens fora da escola e do trabalho. A disponibilidade de armas pequenas se destaca de modo consistente como condição agravante. Seguindo os padrões revelados pelo modelo, um aumento de 1% na disponibilidade de armas por família significa, na média, um aumento de 2,2% na taxa de homicídios por arma de fogo em áreas urbanas, 0,9% em áreas semi-urbanas, e 0,7% em contextos rurais.

A urbanização e a disponibilidade de armas pequenas contribuem para aumentar a mortalidade com armas de fogo.



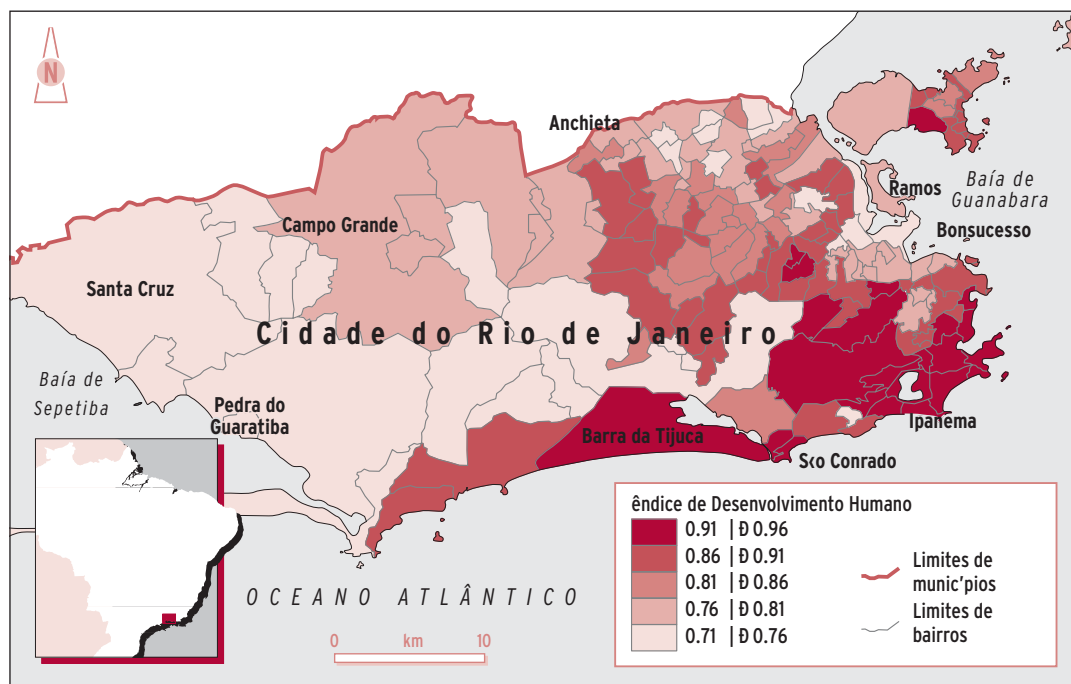
Uma colcha manchada de sangue esconde o corpo de um adolescente de 14 anos, morto com uma bala de fuzil na cabeça, vítima supostamente de tiroteio com a polícia, na comunidade do Morro do Alemão, no Rio de Janeiro. © Rodrigues Moura/Viva Rio.

- A existência de **migrantes** parece estar associada a homicídios com armas de fogo em ambientes rurais, mas não em municípios urbanos. A variável aqui medida é a proporção de habitantes que não nasceram naquele município, mas vieram a ser integrantes de sua população. Quando medida em relação à migração recente (menos de um ano) ou de um tempo maior (dez anos) a proporção de migrantes na população foi associada de modo consistente a homicídios com arma de fogo em ambiente rural, mas não era significativa em ambiente urbano. Uma história de migração massiva em direção aos grandes centros no Brasil parece haver diluído a força explicativa dessa variável.
- A **religião** é um fator importante, que funciona como uma proteção contra a violência por arma de fogo no Brasil. Especificamente, é a participação nas igrejas católica ou protestantes que demonstra relevância estatística. O mesmo ocorre quando “protestantes” e “pentecostais” são desagregados. São um valor protetor em qualquer ambiente. Em outros termos, os resultados revelam que a participação em alguma igreja cristã está associada a níveis mais baixos de violência com armas de fogo no Brasil. Pode-se mesmo dizer que as duas tradições religiosas têm papéis complementares, pois os católicos são uma maioria mais expressiva em áreas rurais, enquanto o protestantismo cresce mais depressa, em geral, em espaços urbanos, e mais depressa ainda nas áreas urbanas mais pobres¹⁵.

Desigualdade dentro das cidades

Os fatores sociais de risco — inclusive a densidade demográfica, a desigualdade de renda, os jovens fora da escola e do trabalho, e famílias vulneráveis — tendem a concentrar-se e reforçar-se mutuamente em alguns espaços urbanos. Assim, a desigualdade se materializa na geografia humana da cidade. A mensuração padrão (X eventos por 100.000

Mapa 7.2 Índice de Desenvolvimento Humano por bairro na cidade do Rio de Janeiro, 2.000*



* O Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida comparativa que inclui expectativa de vida, alfabetização, nível de educação e padrão de vida. É um meio padronizado para medir o bem estar, especialmente na infância. Utiliza-se para determinar e indicar se um país é desenvolvido, em desenvolvimento ou subdesenvolvido, e também para medir o impacto de políticas econômicas na qualidade de vida. O índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, e é usado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) desde 1993 em seu relatório anual sobre desenvolvimento humano. Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido a região/país, segundo três critérios: uma vida longa e saudável, nível de conhecimento, e padrão de vida decente.

Tabela 7.3 Rio de Janeiro: homicídios na geografia da cidade

Bairros	Homicídios		População		Taxa de homicídio por 100.000 habitantes	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Sul						
Ipanema	8	5	47.106	47.739	17	11
São Conrado	1	1	11.226	11.377	8	8
Barra da Tijuca	23	15	92.819	94.068	25	16
Norte						
Anchieta	58	62	54.150	54.879	107	112
Ramos	54	47	37.776	38.284	142	123
Bonsucesso	79	93	19.421	19.682	406	471
Oeste						
Campo Grande	218	232	299.385	303.414	73	76
Santa Cruz	145	159	193.055	195.653	75	81
Pedra de Guaratiba	26	24	9.755	9.886	267	246



habitantes) oculta efetivamente as diferenças internas que tornam as grandes cidades tão mais vulneráveis às expressões da violência. O Mapa 7.2 e a tabela 7.3 ilustram esse ponto no caso da cidade do Rio de Janeiro. A zona sul da cidade concentra recursos e proteção contra a ameaça da violência com armas de fogo. É ali que fica o “Rio Maravilhoso”, entre as montanhas e o mar, contrastando com as zonas norte e oeste da cidade, atrás dos morros, na planície, raramente vistas pelos estrangeiros. A taxa de homicídios em São Conrado, um lindo bairro da zona sul, pode ser 50 vezes menor do que em Bonsucesso, na zona norte da mesma cidade. Estudos comparativos entre bairros do Rio de Janeiro mostram diferenças notáveis quanto ao desenvolvimento humano. Crescendo ao ritmo atual, o Complexo do Alemão em Bonsucesso levaria quase 100 anos para alcançar o nível de desenvolvimento humano que tem São Conrado. Dentro da mesma cidade, os bairros podem estar situados a décadas de distância quanto à renda e às condições sanitárias e educacionais¹⁶.

JOVENS E VIOLÊNCIA POR ARMA DE FOGO NO BRASIL

O Gráfico 7.7 mostra a importância primordial do fator *idade* para avaliar a mortalidade por arma de fogo no Brasil. Um ensaio seminal de Marcos Lisboa e Mônica Viegas Andrade (2000) sugere que a idade seja a referência básica para estimar as causas sociais da violência urbana. Como observam esses autores, a juventude pode ser sensível a indicadores cujo significado é enfraquecido quando diluído por toda a população. Utilizado para a população em geral, o indicador “por 100.000 habitantes” esconde a variação do impacto de determinado fator social sobre os diversos grupos etários. Em particular, o comportamento das crianças, em uma ponta, e dos idosos, na outra ponta,

Gráfico 7.7 Causas de morte no Brasil por grupo etário, 2000

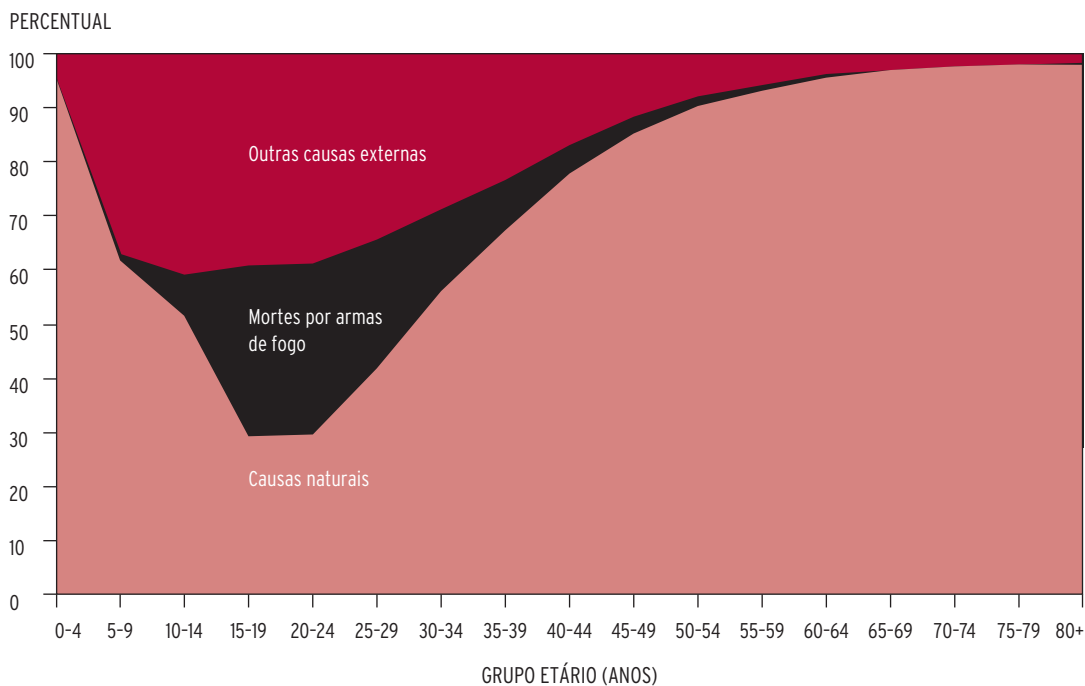
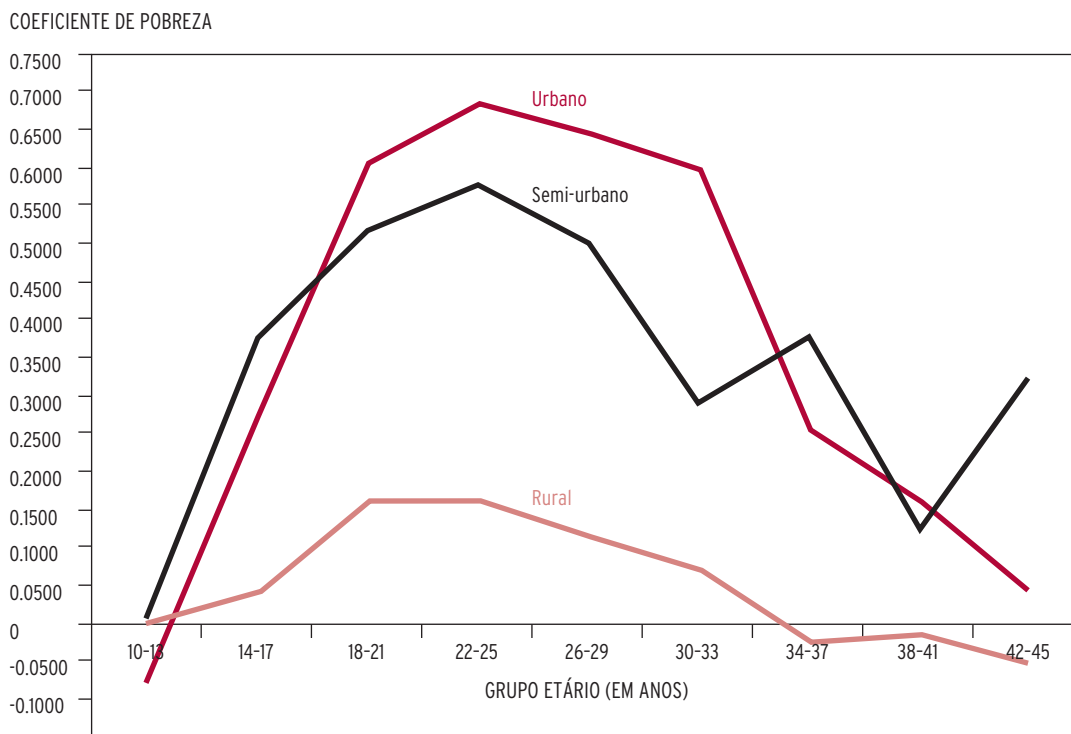


Gráfico 7.8 Pobreza por grupo etário e homicídios por arma de fogo



muitas vezes dilui o impacto de alguns fatores sociais sobre os jovens. Por essa razão, calcular taxas — índices — e seus respectivos modelos explicativos por grupos de idade é uma abordagem promissora. Por exemplo, como se observou antes, quando comparada à população em geral, a porcentagem de pessoas em nível de pobreza não está fortemente associada com violência por arma de fogo no Brasil. Mas, desagregando-se os dados por idade, o resultado é diferente. A pobreza tem correlação com a violência com armas de fogo quando se trata de jovens. Esta é uma diferença importante em relação a constatações anteriores, quando esse fato estava escondido atrás do denominador de 100.000 habitantes.

No Gráfico 7.8, o *coeficiente* envolvido mede o impacto do percentual de pessoas em situação de pobreza no índice de homicídios por arma de fogo. Como mostra o gráfico, o valor do coeficiente varia de -1 a $+1$, onde -1 significa um impacto negativo (implicando em um efeito de proteção) e $+1$ significa um impacto positivo (ou risco). Zero, nessa escala, significa nenhum impacto reconhecível. O teste da correlação por grupo etário revela que a pobreza é um fator importante de homicídios por arma de fogo entre os jovens, e menos importante, ou sem importância, entre adultos. Além disso, essa revelação é mais forte em ambiente urbano; o impacto da pobreza nos índices de homicídio por arma de fogo é menos pronunciado em ambientes semi-urbanos e muito menos ainda em espaços rurais¹⁷.

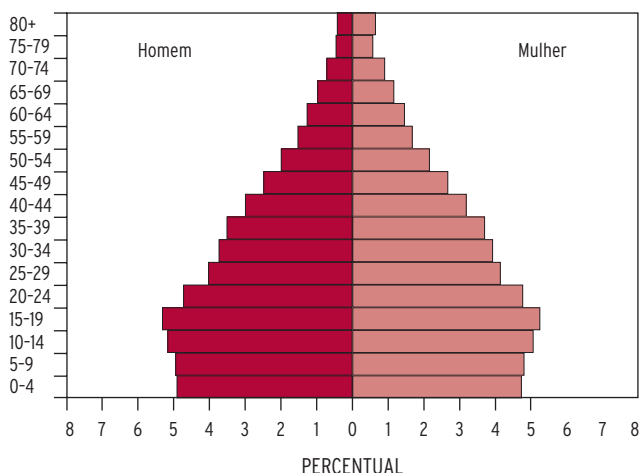
Subjetivamente, pode-se dizer que os jovens são mais sensíveis que seus maiores às deficiências sociais da vida na cidade. Em resumo, pode-se encontrar fortes correlações entre homicídios com armas de fogo e o impacto de



Dois jovens, um deles segurando uma pistola, escondem o rosto ao serem filmados sobre sua vida na favela. © Viva Rio

Gráfico 7.9 A pirâmide demográfica brasileira: distribuição da população por grupo etário e gênero, 2000

GRUPO ETÁRIO (ANOS)



se tornará economicamente ativo, em contraste com um número menor de crianças e de idosos. Mas o efeito da violência por armas de fogo não foi computado nessa “bonificação”.

deficiências sociais sobre os jovens. As diferenças que parecem ser desconsideradas, na opinião dos adultos, são de importância crítica para adolescentes e jovens. A violência juvenil não se traduz em discurso ideológico, no Brasil, mas com certeza expressa duras desigualdades sociais, que são percebidas como tais pelos jovens. O significado da juventude na violência por armas de fogo no Brasil é ainda mais enfatizado por certo fato histórico. A pirâmide demográfica do Brasil (ver Gráfico 7.9) mostra uma populosa geração atingindo a idade adulta. Os pesquisadores falam em “bonificação demográfica” no Brasil contemporâneo: um contingente maior de adolescentes e jovens adultos logo

CASOS FORA DO PADRÃO

Alguns municípios desviam-se do modelo descrito acima. Seus índices reais de homicídios por arma de fogo estão muito além ou muito aquém do que prevê o modelo. Esses casos especiais, fora do padrão, envolvem cerca de 4% da amostra total, ou 237 dos 5.507 municípios. O Gráfico 7.4 mostra quantos municípios urbanos (75), semi-urbanos (41) e rurais (105) tinham índices reais muito acima do estimado pelo modelo, assim como os municípios com índices muito inferiores ao esperado para cada tipo de município (8, 2 e 6, respectivamente).

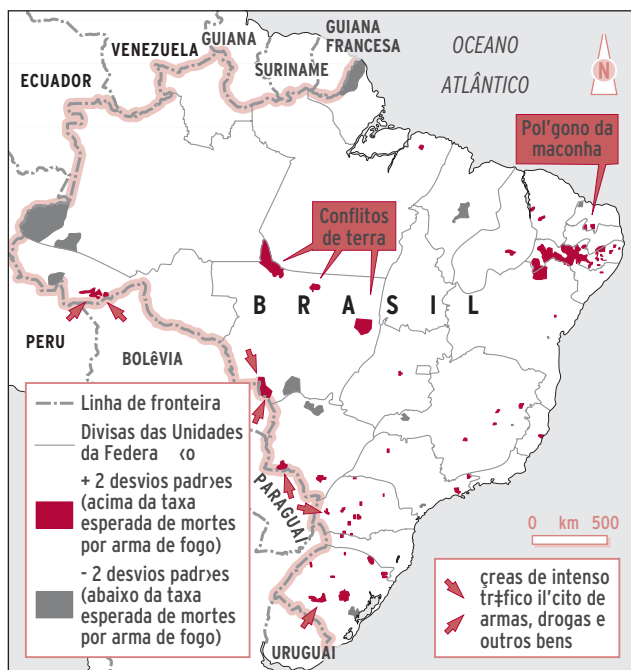
Muitos dos municípios com índices mais elevados do que previsto de homicídios por arma de fogo estão agrupados em dois estados da federação, Pernambuco no nordeste e Paraná no sul, que, juntos representam quase a metade dos casos atípicos de índices acima do esperado. É simbólico que estejam situados ao longo de rodovias

Tabela 7.4 Taxas de homicídio por arma de fogo: cidades fora do padrão

Critério de estimação do erro: resíduo padronizado				
Nível de urbanização	Menos de -2 SD*	Entre -2 e 2 SD	Mais de 2 SD	Total
Urbano	8	372	75	455
Semi-urbano	2	953	41	996
Rural	6	3.945	105	4.056
Total	16	5.270	221	5.507

* SD = desvio padrão

Mapa 7.3 Municípios com índices de homicídios com armas de fogo muito acima ou abaixo do esperado



Fonte: Pesquisa do ISER para este capítulo

se particularizando por níveis mais altos de violência ao longo do percurso. Modelo similar é encontrado no Rio Grande do Sul, o estado mais ao sul do país, cujas fronteiras com o Uruguai e a Argentina parecem explicar vários “casos especiais”, fora do padrão.

Além do trânsito de negócios ilegais ao longo das rodovias, as disputas de terras são outra explicação provável de níveis de violência por armas de fogo mais altas do que o presumido. Elas são muitas vezes a expressão de problemas de propriedade fundiária e de poder, cronicamente não resolvidos (Alston, Libecap, e Mueller, 1999).

Analisados em conjunto, esses casos revelam aspectos particulares da história geral da violência no Brasil contemporâneo. Estão mais expostos a fatores externos que agravam e multiplicam a violência por armas de fogo, como o tráfico de drogas e armas, ou os conflitos fundiários ou relativos a riquezas minerais. Estes casos estão assinalados no Mapa 7.3, no qual um desvio-padrão -2 está em preto, e um desvio-padrão +2 está em vermelho.

Do lado positivo do desvio, são necessárias explicações. Gestões administrativas bem sucedidas, e realizações relativas ao desenvolvimento humano são parte do quebra-cabeças. Ajudam a explicar as experiências positivas em Atalaia do Norte (no Amazonas), São Caetano do Sul e Santana de Parnaíba (em São Paulo), e Timóteo e Coronel Fabriciano (em Minas Gerais). Municípios que cresceram com o turismo religioso ou ecológico também parecem sair-se melhor do que o esperado. Existem em bom número, espalhados por várias regiões do Brasil. Entre as cidades de turismo religioso estão Anchieta, no Espírito Santo, Barra do Garças, em Goiás, e Camutanga, em Pernambuco. Destinos turísticos de interesse ecológico existem em todas as regiões: citemos Navegantes, em Santa Catarina, que se tornou um dos mais prósperos e pacíficos municípios da região, graças a um tipo de turismo radical e jovem.

que servem regiões com níveis elevados de atividades ilícitas. Em Pernambuco, as “Estradas da Maconha”, que vão das regiões do interior do estado, onde a droga é cultivada, rumo aos centros do litoral, onde se encontram os consumidores e ao longo das quais estão municípios semi-urbanos e rurais singularmente violentos.

É provável que o crescimento da violência letal — em uma sociedade considerada estável e tradicional — seja devido às lutas de grupos em torno das vantagens do tráfico¹⁸.

No estado do Paraná, uma concentração de municípios mais violentos do que se esperava encontra-se ao longo da rodovia BR-277, que vai de Foz do Iguaçu, na Tríplice Fronteira, até Curitiba, a capital do estado. Além de drogas e armas, vários tipos de mercadorias ilegais são transportadas na rodovia. De Curitiba, as mercadorias seguem para outros mercados, principalmente para São Paulo e além, com diversos municípios

Gráfico 7.10 **Taxas de suicídio e de suicídio por arma de fogo por tipo de município, 2000**

SUICÍDIOS POR 100,000 HABITANTES

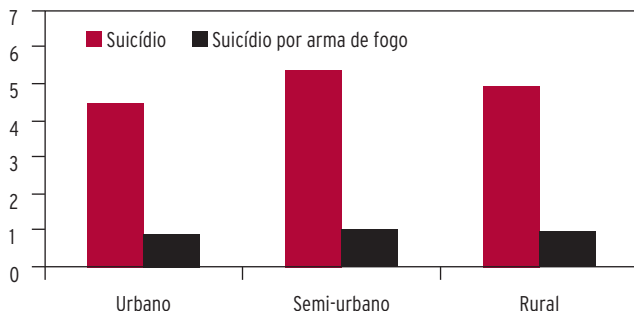


Gráfico 7.11 **Taxas de suicídio por gênero e tipo de município, 2000**

SUICÍDIOS POR 100,000 HABITANTES

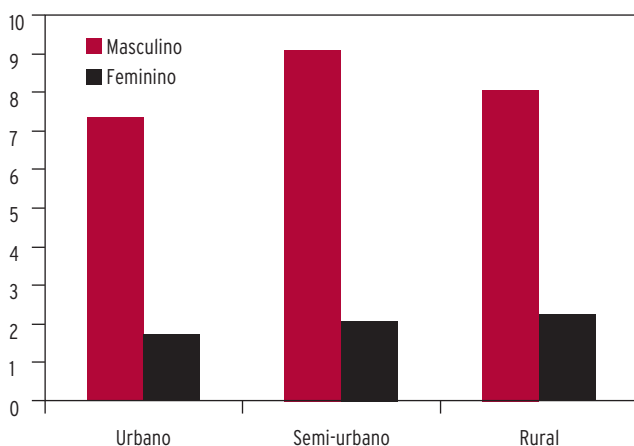
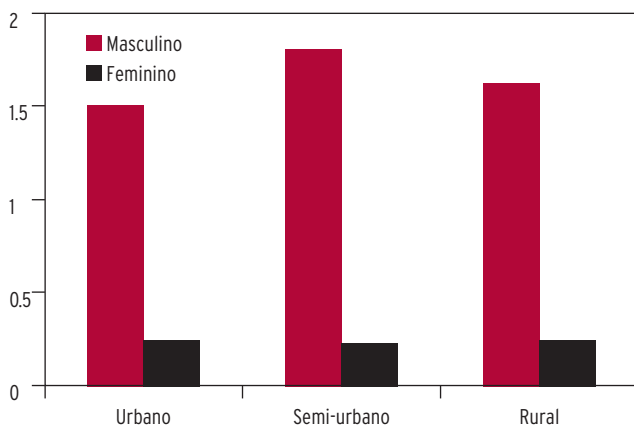


Gráfico 7.12 **Taxas de suicídios por arma de fogo por gênero e tipo de município, 2000**

SUICÍDIOS POR 100,000 HABITANTES



Temos ainda outra categoria de municípios que se salientam por níveis muito baixos de violência: lugares isolados, que vivem da pesca, no litoral ou ao longo dos rios da região amazônica, e que estão ainda intocados pelas ondas das tensões sociais e da violência com armas de fogo.

TAXAS DE SUICÍDIOS POR ARMAS DE FOGO EM ÁREAS URBANAS E RURAIS

Os índices de ferimentos auto-infligidos e de suicídios no Brasil estão entre os mais baixos do mundo. Os índices no gradiente urbano/rural não formam um modelo linear nem progressivo nem regressivo (Ver Gráfico 7.10). Ao contrário das constatações relativas a homicídios, não há ligação clara entre urbanização e suicídio no Brasil. Em 2.000, os índices tanto de suicídios como de suicídios com armas de fogo eram mais baixos em áreas urbanas, mais altos em áreas semi-urbanas e intermediários em zonas rurais.

Em todas as categorias de municípios no Brasil, os homens são mais propensos ao suicídio do que as mulheres. E, da mesma forma que na violência com armas de fogo em geral, os homens têm mais propensão a matar-se com arma de fogo do que as mulheres (Ver Gráficos 7.11 e 7.12). Tendo em conta as condições sociais da violência com arma de fogo, a ligação entre gênero e armas de fogo é manifesta.

Associando-se gênero e grupo etário nos suicídios com arma de fogo surge um contraste sutil e interessante. Os índices envolvendo homens mantêm-se estáveis na idade adulta e tendem a aumentar na velhice, depois dos 60. Isso é fato quanto a homens

Gráfico 7.13 Taxa de suicídio por arma de fogo, de homens, por grupo etário, 2000

SUICÍDIO POR ARMA DE FOGO POR 100.000 HABITANTES

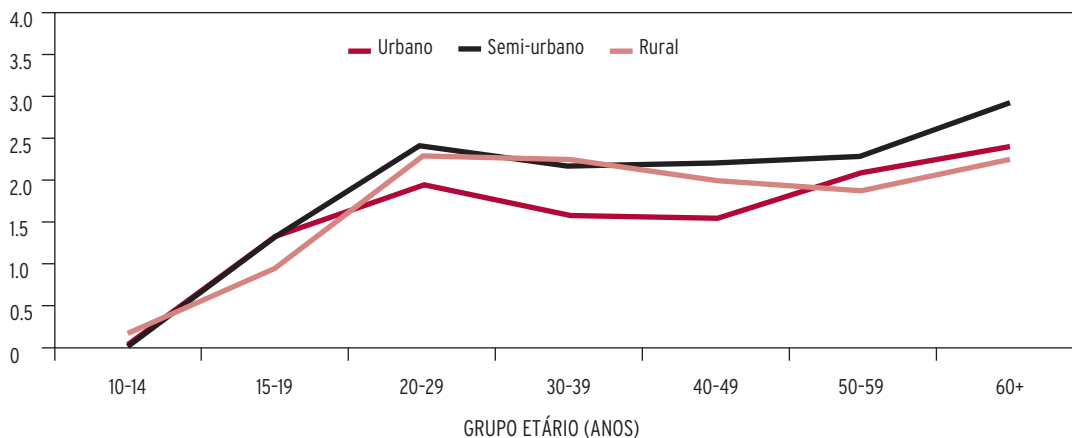
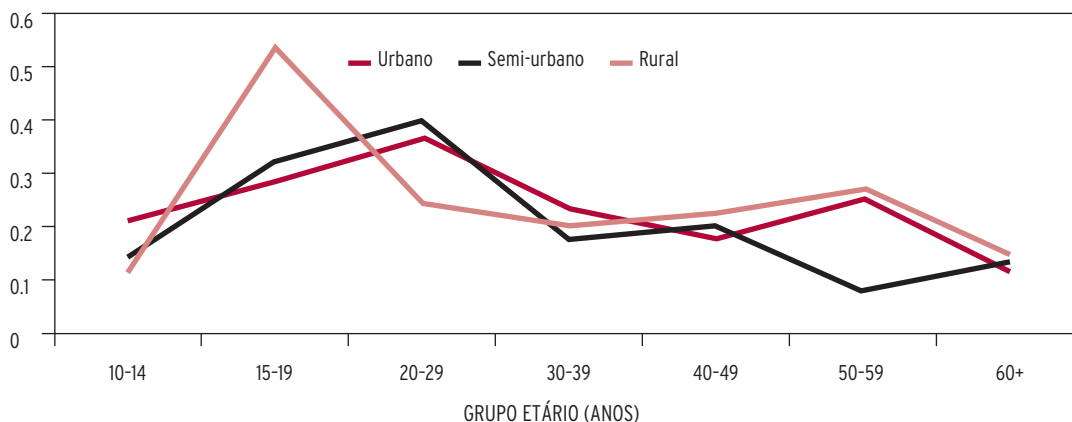


Gráfico 7.14 Taxa de suicídios por arma de fogo, de mulheres, por grupo etário, 2000

SUICÍDIO POR ARMA DE FOGO POR 100.000 HABITANTES



em todos os tipos de municípios, como mostrado no Gráfico 7.13. Nas mulheres, a tendência oposta prevalece. As taxas de suicídio diminuem com a idade, em qualquer área, após atingir um pico na adolescência e entre jovens adultas (Gráfico 7.14). Os valores culturais ligados a diferenças de gênero talvez expliquem essa disparidade. Na cultura brasileira contemporânea, e contrastando com o comportamento masculino, que tende a enfraquecer os laços sociais com a idade, as responsabilidades da maternidade talvez reforcem o compromisso da mulher com a vida quando ela envelhece.

Determinantes sociais dos suicídios por arma de fogo no Brasil

Na falta de um padrão distinguindo as taxas de suicídio em escala urbana/rural, nosso texto fecha com um resumo dos fatores sociais que podem determinar o risco de suicídio no país como um todo. Os resultados são consistentes com critérios básicos da sociologia, enunciados por Durkheim (1951). Especificamente, descobriu-se que os indicadores de isolamento e de enfraquecimento dos laços sociais são importantes no Brasil. São resumidos na Tabela 7.5, e discutidos mais adiante¹⁹.

Tabela 7.5 Condições sociais dos suicídios por arma de fogo no Brasil

De acordo com o modelo linear multivariado, o coeficiente de determinação ($R^2 = 31\%$)**Fatores de risco***Pessoas que vivem só*, em relação à população total*Famílias vulneráveis* (Famílias uniparentais chefiadas por mulher, com filhos de menos de 21 anos que não trabalham)*Branco*, em relação à população total*Desigualdade**Domicílios com armas de fogo*, em relação ao total de domicílios**Fatores de proteção***Pobreza* (“percentual de pessoas com renda familiar per capita de menos de 50% do salário mínimo (cerca de USD 41 em 2000) por mês”)*Mulheres de 40 anos ou mais*, em relação à população em geral*Pentecostais*, em relação à população em geral*Protestantes*, em relação à população em geral**Variável dependente: Taxa de suicídios por arma de fogo**

As variáveis neste modelo ainda não discutidas abrangem:

- **Pessoas que vivem sozinhas** é um grupo que compreende um conjunto de situações, como, por exemplo, solteiros e viúvos.
- Como foi mencionado na análise dos homicídios com arma de fogo, **famílias vulneráveis** são definidas como sendo “famílias uniparentais chefiadas por mulheres, com filhos menores de 21 anos que não trabalham”. Nenhum estado civil em si (solteiro, casado, separado, divorciado, viúvo) constitui uma variável importante nesse modelo. A natureza informal e instável das relações de gênero no Brasil parece fazer do estado civil uma referência pouco expressiva para dar conta da vida familiar. Todavia, as famílias chefiadas por mulheres jovens — fenômeno crescente em comunidades pobres no Brasil — formam relevante indicador de risco, não só quanto a homicídios, mas também quanto a suicídios.
- **“Branco”** é a categoria étnica com o coeficiente mais elevado quanto a suicídios com arma de fogo. Ela faz contraste com “negro” e “mestiço”, como vimos acima. Em situação oposta à situação envolvendo homicídios com armas de fogo, “negro” e “mestiço” têm correlação com *proteção* contra risco de suicídio no Brasil atual, enquanto “branco”, ao contrário, está associado a taxas mais altas de suicídio. Decidiu-se manter a categoria “branco” no modelo em razão de outras conotações interessantes. Excluí-la do modelo confere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) maior significado como fator de risco. Quanto mais desenvolvido um município (quanto à renda, educação e condições sanitárias) mais alta a taxa de suicídio. Quando se reintroduz a categoria “branco” na equação, o Índice de Desenvolvimento Humano perde importância. Esses dois fatores se sobrepõem excessivamente para coexistir no mesmo modelo. A explicação talvez esteja na cultura individualista crescente no Brasil. Quem é branco, mais rico e tem melhor educação, mais provavelmente carrega os sinais de “pessoa independente” e por isso, segundo conceitos sociológicos recebidos, corre um risco maior de suicídio.

Um membro da facção Amigo dos Amigos patrulhando as ruas da favela Morro dos Macacos, no Rio de Janeiro, em agosto de 2003.
© Mimi Mollica/Corbis



- É interessante observar que a **desigualdade** também é um fator de risco quanto a suicídios com arma de fogo. Neste caso o efeito se faz sentir principalmente nas classes mais altas. A desigualdade no Brasil é consistente com uma maior modernização e com o individualismo, da classe média para cima.
- **Famílias onde existem armas de fogo** são também fator de risco importante. Esta variável apresenta coeficientes firmes em qualquer combinação de fatores, o que confirma observações a esse respeito feitas em outros contextos culturais, como as de Kellermann e Mercy (1992) e Lester (1995).
- Conceitualmente, a **pobreza**, como foi definida anteriormente, sobressai como proteção: quanto mais pobre o município, menor a taxa de suicídios. Infelizmente, não foi possível associar pobreza com as categorias “negro” e “mestiço”, também variáveis de proteção, pois a superposição é excessiva. Na opinião dos autores deste texto, a explicação está no fato que os pobres no Brasil socializam de maneira relacional e hierárquica complexa, em volta da família e da comunidade mais próxima. Apesar de afetados pelo individualismo, como qualquer pessoa, os pobres muitas vezes estão envolvidos por laços de solidariedade e de lealdade, e estão assim menos expostos ao aspecto isolador da individualização.
- **Mulheres de 40 anos ou mais** são uma categoria importante. Não se trata das mulheres em geral, mas somente na idade adulta, quando as responsabilidades ligadas à maternidade na cultura brasileira fazem delas pessoas chave na solidariedade social.
- Um amplo segmento de pessoas que se auto-identificam como **pentecostais** no Brasil tem o segundo coeficiente mais forte, logo após a categoria “branco”, mas agora como indicador de proteção. O número de pentecostais cresce mais depressa entre os pobres, e eles criam fortes laços comunitários. A “cura”, muitas vezes uma prática ritual semanal, envolve a psique e suas intervenções em interações de grupo, e com os processos interiores do corpo e do ego. Os pentecostais sabem lidar com as incertezas da vida e da morte.
- Os **protestantes ou igrejas reformadas** também são importantes como fator de proteção. Essas assim chamadas igrejas “históricas” protestantes na América Latina chegaram através de missionários no século XIX, antes do reavivamento pentecostal, e abrangem os luteranos, episcopais, metodistas, batistas, presbiterianos e congregacionais. Estas igrejas estão mais próximas da cultura individualista da sociedade moderna. No entanto, no contexto brasileiro, seu forte lado **congregacional**, que contrasta com as devoções tradicionais do catolicismo popular, tende a gerar uma diferença que pode valer como proteção para as pessoas inquietas. A fé **católica** não funcionou como componente importante nesse conjunto. Os autores foram obrigados a deixá-la de fora desse aspecto específico, e, assim, a deixar em suspenso seu juízo sobre seu impacto nas práticas suicidas no Brasil.

CONCLUSÃO

Este texto indica que é possível entender os principais fatores de risco subjacentes à violência por armas de fogo no país. A urbanização é uma variável importante no conjunto dos fatores, junto com o grupo étnico, a idade e diferenças de gênero. Quanto a homicídios por arma de fogo, os contrastes condicionados por essas variáveis são agravados na sociedade urbana. As tensões subjacentes às agressões letais crescem junto com as cidades, e de maneira seletiva. Os riscos se concentram entre homens, jovens, negros ou mestiços.

A desigualdade, mais do que a pobreza, aumenta a probabilidade de violência por arma de fogo, que é reforçada e reproduzida pela presença crescente de famílias vulneráveis, chefiadas por mães solteiras com filhos desemprega-

dos. Adolescentes e adultos jovens são os principais grupos de risco, principalmente aqueles que deixaram a escola antes de completarem o ciclo fundamental e não encontraram colocação estável no mercado de trabalho. A proteção contra esses riscos, em ampla escala social, encontra-se principalmente na participação religiosa, seja na igreja católica ou nas igrejas protestantes.

Considerando essa situação e também as proporções epidêmicas da violência com armas leves no Brasil, a disponibilidade de armas de fogo mostrou ser um sério fator de risco de homicídios.

Uma rápida avaliação dos desvios em relação ao modelo conduz a algumas hipóteses interessantes. Entre os municípios com índices de homicídio por arma de fogo mais altos do que o previsto sobressaem aqueles à margem de rodovias que levam a regiões carregadas de ilegalidades. São estradas que vão e vêm de fronteiras onde prospera o contrabando; estradas ligando o “Polígono da Maconha” em Pernambuco ao litoral, ou regiões de conflitos fundiários crônicos.

Por outro lado, os municípios com taxas de homicídio por arma de fogo menores do que o esperado dispõem de circunstâncias protetoras, como boas práticas em desenvolvimento humano, turismo religioso ou ecológico.

Ao contrário, os suicídios com arma de fogo não mostraram associação clara com o processo de urbanização. Aqui, a maior constatação sociológica foi a correlação entre os índices de suicídio e uma “cultura individualista”, a qual está mais expressa entre a classe média e entre os ricos, entre pessoas que se caracterizam pela renda e a educação superiores. O isolamento individual, expresso na variável “vivendo sozinho”, é um fator de risco. Por outro lado, “pobreza” e ser “negro” ou “mestiço” mostram ser fatores de proteção, indicadores de relações mais complexas na família e na comunidade. De novo, a disponibilidade de armas de fogo provou ser um fator importante para aumento do risco de suicídio.

Além dessas constatações, a pesquisa traz algumas conclusões:

- Em primeiro lugar, a violência por armas de fogo no Brasil, embora seja um fenômeno complexo, é amplamente explicável com a utilização de metodologias das ciências sociais e da saúde pública. Essas constatações, assim como as constatações de estudos similares, merecem ser evocadas, enfocadas e debatidas pelos formuladores de políticas públicas voltadas para a redução da violência por arma de fogo.
- Em segundo lugar, é claro que não existe um fator único responsável pela violência por arma de fogo no Brasil, e sim vários fatores importantes. Portanto, as intervenções e as políticas públicas ganharão obviamente com a integração de abordagens diversas, de agências de governo e de vários setores em um esforço abrangente e em vários níveis.
- Em terceiro lugar, os jovens estão em mais alto risco no Brasil, principalmente os que saíram da escola e não trabalham. Necessita-se de novas abordagens que levem à inclusão educacional, pensadas para os que abandonaram os estudos, e que levem em conta sua experiência, sua linguagem e suas redes sociais. A geração de renda, oportunidades de emprego e atividades culturais para jovens são também componentes promissores de uma abordagem abrangente, destinada a proteger os jovens contra a violência por arma de fogo.
- Em quarto lugar, algumas realidades da vida familiar no Brasil, como a gravidez precoce e a família uniparental, precisam ser encaradas de frente. Estratégias sanitárias de prevenção para tratar desses problemas cruciais nas escolas, com ajuda da sociedade civil, podem ter efeitos positivos para a redução da violência armada.
- Em quinto lugar, a nível macro, este estudo confirma que a desigualdade é um fator central que coloca todas as demais variáveis em jogo. Nenhuma abordagem destinada a prevenir ou reduzir a violência armada pode ignorar

a centralidade deste fenômeno. Do mesmo modo, iniciativas destinadas a reverter — ou pelo menos administrar — o crescimento urbano devem validar as possíveis mudanças positivas que poderiam advir no campo da prevenção da violência.

- Em sexto lugar, reduzir tanto a oferta como a procura de armas de fogo — legais e ilegais — deve continuar como objetivo essencial.
- E, por fim, resgatar a autoridade do Estado, inclusive com medidas repressivas, não há de acontecer em regime democrático sem que se intervenha nas variáveis sociais debatidas acima. ■

ANEXOS

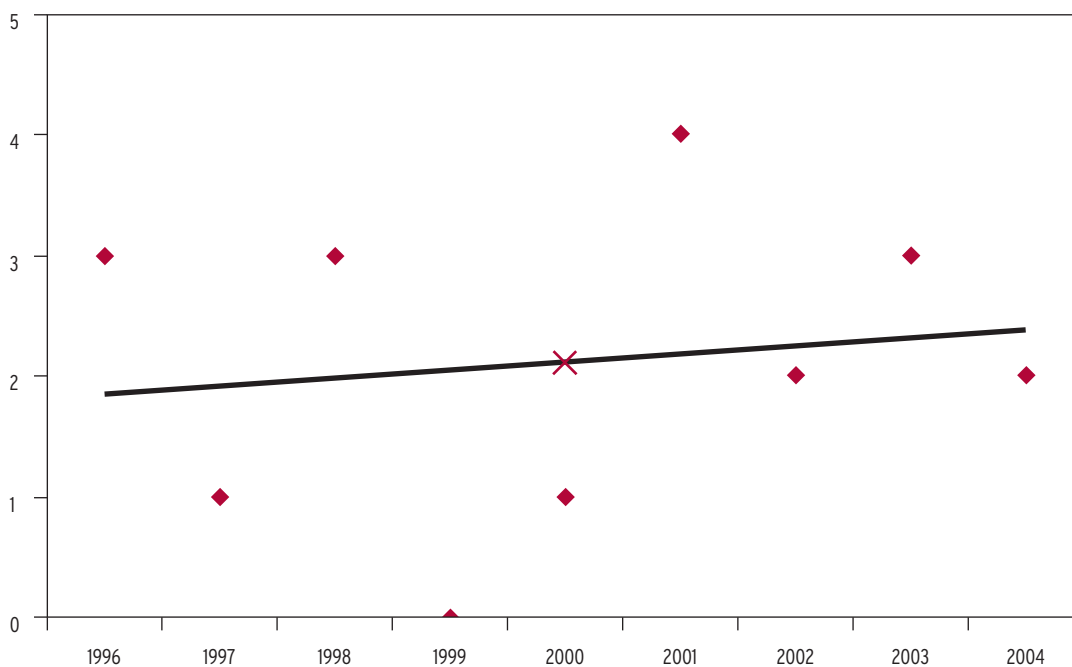
Anexo 1. Estimativa das taxas de mortalidade em pequenos municípios

Em 2000, a população de 4.018 municípios no Brasil era de menos de 20.000 habitantes, situação que expõe os índices de mortalidade a fortes variações: pequenas oscilações do número de mortes provocam fortes variações no índice de mortalidade. O exemplo no gráfico 7.15 ilustra o problema.

Esse padrão (variação entre 0 e 4 mortes por 100.000) para uma cidade de 100.000 habitantes provoca uma variação de índice de 0-4 por 100.000. Mas em uma cidade de 16.000 habitantes, os mesmos números (0-4 mortes) conduzem a uma variação de 0-25 por 100.000. Para reduzir esses extremos, e obter uma estimativa mais rigorosa do que a média dos nove pontos do Gráfico 7.15, os pesquisadores escolheram adaptar uma simples regressão linear para os nove anos envolvidos. O modelo resultante foi a base para um valor estimado para o ano 2.000. Essa metodologia foi aplicada aos 5.507 municípios do país. O exercício foi executado com diferentes períodos; mas neste caso particular, quando o ano que interessa (2000) está no centro simétrico da variação de tempo, o resultado é igual à media aritmética.

Gráfico 7.15 Taxa hipotética de mortes em uma cidade de 100.000 habitantes

MORTES POR 100,000 HABITANTES



Anexo 2. A distinção entre “urbano” e “rural”

Os critérios

Diversos critérios podem ser usados para distinguir áreas urbanas e rurais: tamanho da população, superfície ocupada, atividade econômica principal, infra-estrutura, acesso a recursos e serviços públicos, etc. No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, aplica-se uma diferenciação administrativa. A diversidade nesses critérios cria problemas de comparação. Neste capítulo, utiliza-se uma combinação de três indicadores: (i) a divisão administrativa oficial; (ii) o tamanho da população; e (iii) a densidade demográfica (habitantes por km²). Cada critério, sozinho, produz resultados diferentes.

(i) A *divisão administrativa oficial* do país é fornecida a cada ano, para finalidades administrativas, baseada em informes de todos os municípios do país. O resultado é o seguinte:

% de pessoas vivendo em áreas urbanas	Número de municípios	% de municípios (arredondado)
Menos de 60%	2,811	51.0
60-80%	1,464	26.6
Mais de 80%	1,232	22.4
Total	5,507	100.0

(ii) População

O tamanho da população é o único critério para distinguir “urbano” e “rural” em vários países, como Espanha, Portugal, Itália e Grécia. Neste capítulo distinguem-se três categorias: (a) até 19.999 habitantes; (b) de 20.000 a 99.999 habitantes; e (c) 100.000 ou mais habitantes. Este indicador apresenta variações extremas. Em 2000 o município com a menor população tinha 795 habitantes, enquanto o maior (São Paulo) tinha 10,4 milhões. A divisão tripartite por tamanho da população é a seguinte:

População	Número de municípios	% de municípios (arredondado)
Até 19.999 habitantes	4,018	73.0
De 20.000 até 99.999	1,265	23.0
100.000 habitantes ou mais	224	4.1
Total	5,507	100.0*

* As porcentagens não somam exatamente 100 em razão de arredondamentos.

(iii) Densidade demográfica: habitantes por km²

Este é outro indicador interessante, com forte variação. Em 2000 o município mais densamente povoado do Brasil tinha 12.900 habitantes por km., enquanto o menos densamente povoado tinha menos de um habitante por km. O resultado é o seguinte:

Densidade demográfica	Número de municípios	% de municípios (arredondado)
Menos de 30 habitantes/km ²	3,263	59.3
30-100 habitantes/km ²	1,605	29.1
Mais de 100 habitantes/km ²	639	11.6
Total	5,507	100.0

Associando critérios

Cada categoria recebeu um valor de 1 a 3 em escala ascendente. Após a classificação de todos os municípios segundo cada critério e ponderando-os adequadamente, a classificação final resulta da fórmula:

Posição = categoria da divisão oficial + categoria magnitude da população + categoria densidade demográfica

O resultado indica a categoria de cada município. Estas são as categorias utilizadas nesta pesquisa.

Categoria	Ranking
Urbana	7-9 pontos
Semi-urbana	4-6 pontos
Rural	3 pontos ou menos

Assim a classificação final adotada neste capítulo tem a seguinte discriminação:

Nível de urbanização	Número de municípios	% de municípios
Rural	4.056	74,0
Semi-urbana	996	18,0
Urbana	455	8,0
Total	5.507	100,0

Anexo 3. Modelando condições sociais e homicídios por arma de fogo no Brasil

Modelando homicídios por arma de fogo no Brasil	Nacional		Urbano		Semi-urbano		Rural	
R ² =	0.325		0.551		0.325		0.239	
Coeficientes Beta padronizado Sig.	St. beta	Sig.	St. beta	Sig.	St. beta	Sig.	St. beta	Sig.
Densidade demográfica	0,276	0,000	0,280	0,000	0,171	0,000	0,082	0,000
Desigualdade (Theill-L)	0,092	0,000	0,048	0,146	0,120	0,000	0,153	0,000
% da população entre 15 e 29 anos	0,124	0,000	0,099	0,014	0,178	0,000	0,051	0,002
% de jovens (15-29 anos) fora da escola e que não trabalham	0,075	0,000	0,104	0,023	0,058	0,110	0,068	0,001
% de famílias vulneráveis	0,043	0,005	0,085	0,010	0,056	0,038	0,020	0,147
% de armas de fogo por domicílio	0,253	0,000	0,244	0,000	0,316	0,000	0,317	0,000
% de católicos	-0,321	0,000	-0,595	0,000	-0,393	0,000	-0,154	0,000
% de protestantes	-0,175	0,000	-0,233	0,000	-0,225	0,000	-0,081	0,000
% de migrantes	0,061	0,014			-0,085	0,005	0,206	0,000
Número médio de anos de escolaridade	0,074	0,000					-0,030	0,163
Variável dependente: Taxas de homicídio por armas de fogo								

Significância: Teste T de Student

Os parâmetros de regressão foram estimados segundo a método OLS (modelo de regressão múltipla). Outros métodos, utilizando pesos para aproximação, nível ou similaridade, foram testados em comparação com OLS, mas não mostraram resultados diferentes.

Anexo 4. Modelando condições sociais e suicídios por arma de fogo no Brasil

Modelando homicídios por arma de fogo no Brasil	Nacional		Urbano		Semi-urbano		Rural	
R ² =	0,160		0,375		0,152		0,172	
Coeficientes	Beta padronizado	Sig.	Beta padronizado	Sig.	Beta padronizado	Sig.	Beta padronizado	Sig.
(Constante)		0,108		0,025		0,461		0,661
Prevalência de armas de fogo no domicílio	0,167	0,000	0,259	0,000	0,152	0,000	0,146	0,000
Expectativa de vida ao nascer	-0,143	0,000			-0,365	0,000	-0,207	0,000
% da população entre 15 e 29 anos	-0,123	0,000			-0,129	0,000	-0,167	0,000
Índice de Desenvolvimento Humanos (IDH)	0,520	0,000			0,971	0,000	0,551	
Índice de trabalho informal na força de trabalho	-0,037	0,031	-0,189	0,000	-0,125	0,000		
Desigualdade (Theil-L)	0,077	0,000	0,106	0,008				
% de economicamente ativos na população total	0,083	0,002					0,086	0,003
% pessoas que não trabalham	-0,031	0,098	-0,295	0,000				
Renda familiar em SM, em 2000	-0,094	0,008			-0,146	0,081		
% de famílias chefiadas por mulheres, sem companheiro, com filhos de menos de 24 anos e que não trabalham	0,043	0,003	0,290	0,000				
Anos de escolaridade, média	-0,187	0,000			-0,319	0,003		
% de religião indeterminada	0,025	0,078					0,032	0,057
População total em 2000					0,114	0,001	0,085	0,000
Densidade demográfica	-0,035	0,021					-0,063	0,000

NOTAS

- 1 Pesquisas de Mercado da indústria do turismo identificaram *alegria* como a característica mais importante do Brasil para estrangeiros; ver Bignami (2002).
- 2 O Brasil se tornou independente em 1822.
- 3 Após duas décadas de crescimento das mortes por armas de fogo no Brasil, de 2003 para 2004 o número caiu, de 39.325 para 36.091. A redução prosseguiu em 2005, e os números de estados mais populosos, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro tendem a indicar que os números devem continuar a cair em 2006. Além de outros fatores, a nova legislação sobre armas de fogo — o Estatuto do Desarmamento, de dezembro de 2003 — provavelmente contribuiu para esses resultados. Ver Ministério da Saúde (2005) e Fernandes (2005b).
- 4 Ramos e Lemgruber (2004); Cano e Santos (2001); Beato Filho (2000); Luiz Soares (1996); Soares (2006).
- 5 Ver nota 11.
- 6 Os critérios e a metodologia adotados para estabelecer diferença entre áreas urbana e rural encontram-se no Anexo 2. A distinção entre o que é urbano e rural no Brasil encontra-se nas fontes do IPEA, do IBGE e da UNICAMP (2002).
- 7 Sobre os problemas metodológicos para estimar a taxa de mortalidade em pequenos municípios, ver Anexo 1.
- 8 A OMS (2002, pp. 186–87) informa as seguintes taxas de suicídio na América Latina e Caribe, por 100.000 habitantes: Argentina, 8,7; Brasil, 6,3; Chile, 8,1; Colômbia, 4,5; Costa Rica, 8,8; Cuba, 23,0; Ecuador, 7,2; El Salvador, 11,2; México, 5,1; Nicarágua, 7,6; Paraguai, 4,2; Porto Rico, 10,8; Uruguai, 12,8; Venezuela, 8,1.
- 9 Portar arma de fogo é uma prática comum entre homens de algumas sub-regiões rurais do Brasil, como na terra gaúcha no sul, no cerrado do centro-oeste, ou na floresta amazônica. A caça é uma atividade usual nessas regiões, o que explica a preferência por armas de caça de cano longo. A maioria das armas leves e mesmo das espingardas utilizadas no Brasil são de fabricação nacional, enquanto as armas automáticas nas mãos dos civis são em geral importadas e, em princípio, são ilegais. Para uma discussão detalhada sobre abastecimento, estoques e demanda relacionados a armas leves no Brasil, ver Dreyfus e de Sousa Nascimento (2005), Lessing (2005), Phebo (2005), e Rivero (2005).
- 10 Sobre gênero e violência no Brasil, ver Barbara Soares (1996), Jordão (2006), e Moura (2007).
- 11 A terminologia relacionada a grupos étnicos é diferente em outras partes do mundo. As estatísticas oficiais brasileiras utilizam categorias como “negro”, “pardo”, “branco” e “amarelo”. Ver <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/metodologiacenso2000.pdf>>, e especialmente pp. 213–14). Este capítulo utiliza as categorias utilizadas pela Agência de Estatísticas do Reino Unido, isto é “negro”, “mestiço” e “branco” (ver <<http://www.statistics.gov.uk/CCI/nugget.asp?ID=467&Pos=&ColRank=2&Rank=1000>>). Sobre raça e violência no Brasil, ver Batista, Escuder, e Pereira (2004), e Ramos e Musumeci (2006).
- 12 Sobre juventude e violência no Brasil, ver Novaes e Vannuchi (2004), Waiselfisz (2006), e Dowdney (2003).
- 13 A análise de regressão múltipla mede a relação entre uma variável dependente (ou critério) (aqui, a taxa de homicídios por arma de fogo) e diversas variáveis independentes. O valor R^2 (o *coeficiente de determinação*) é um indicador de como o modelo é adequado aos dados.
- 14 Minuciosa discussão sobre a desigualdade social no Brasil encontra-se em Hasenbalg e Silva (2003).
- 15 Outras tradições religiosas não estão suficientemente presentes nos censos municipais para que os incluamos aqui. Os cultos afro-brasileiros (candomblé, umbanda, etc.), em particular, tão difundidos, tendem a ser subdeclarados no censo. Muitas pessoas se dizem simplesmente “católica”, sem preocupar-se em declarar sua dupla, ou múltipla, prática religiosa. Mas o aspecto protetor encontrado aqui sugere que mais pesquisas devem ser realizadas sobre a relação entre religião e violência armada no Brasil. Crianças com menos de dez anos foram classificadas com a religião de seus pais. Para acompanhar assuntos ligados às religiões e à sociedade no Brasil, ver a revista *Religião e Sociedade*, publicada pelo ISER desde 1977.
- 16 Ver o relatório sobre desenvolvimento humano relativo à cidade do Rio de Janeiro, 2001, com dados disponíveis em <http://www.pnud.org.br/pdf/Tabela%206.2.22%20IDH%20bairro%2091_00-15_12_03.xls>. Sobre a distribuição desigual da criminalidade na cidade de Belo Horizonte, ver também Beato et al. (2001).
- 17 O Gráfico 7.8 segue um modelo diferente: (i) os índices de homicídios por armas de fogo foram calculados para cada faixa etária; e (ii) os indicadores sociais e econômicos também foram fixados para cada faixa etária; assim (iii) os valores que figuram no Gráfico 7.8 são os coeficientes padronizados para os modelos multivariados adaptados para cada faixa etária.
- 18 A Polícia Federal tem progredido na redução da produção de drogas ilegais no interior de Pernambuco, o chamado “Polígono da Maconha”. O impacto dessas ações nos índices de violência da região devem ficar mais claros nos próximos anos.
- 19 Sobre a modelagem da condição social dos suicidas com arma de fogo, ver Anexo 4.

BIBLIOGRAFIA

- Alston, L. J., G. D. Libecap, and B. Mueller. 1999. 'A Model of Rural Conflict: Violence and Land Reform Policy in Brazil.' *Environment and Development Economics*, Vol. 4, No. 2, pp. 135–60. Cambridge: Cambridge University Press.
- Astor, M. 2006. '19 Killed as Gangs Attack Buses, Police Posts around Rio de Janeiro.' *The Washington Post*. 29 Dezembro. <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/12/28/AR2006122801301.html>>
- Batista, Luís Eduardo, Maria Mercedes Loureiro Escuder, e Julio Cesar Rodrigues Pereira. 2004. 'The Color of Death: Causes of Death according to Race in the State of São Paulo. 1999 to 2001.' *Revista Saúde Pública*, Vol. 38, No. 5, pp. 630–36. October. Versão em português: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102004000500003&script=sci_arttext&lng=pt> Versão em inglês: <http://www.scielo.org/pdf/rsp/v38n5/en_21749.pdf>
- Beato Filho, Claudio Chaves. 2000. 'Determining Factors of Criminality in Minas Gerais.' *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/nspe1/a10nesp1.pdf>>
- et al. 2001. 'Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999.' *Caderno de Saúde Pública*, Vol. 17, No. 5, pp. 1163–71. <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n5/6324.pdf>>
- Bignami, Rosana. 2002. *A imagem do Brasil no turismo: Construção, Desafios e Vantagem Competitiva*. São Paulo: Aleph.
- Brasil. Ministério da Saúde. n.d. Datasus <<http://www.datasus.gov.br/>>
- Brent, D. A. et al. 1993. 'Firearms and Adolescent Suicide: A Community Case-Control Study.' *American Journal of Diseases of Children*, Vol. 147, p. 1066.
- Cano, Ignácio e Nilton Santos. 2001. *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Dowdney, Luke T. 2003. *Children of the Drug Trade: A Case Study of Organised Armed Violence in Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Viva Rio/ISER, 7 Letras. <http://www.smallarmssurvey.org/files/portal/issueareas/perpetrators/perpet_pdf/2003_Dowdney.pdf>
- Dreyfus, Pablo e Marcelo de Sousa Nascimento. 2005. 'Small Arms Holdings in Brazil: Toward a Comprehensive Mapping of Guns and Their Owners.' In Fernandes, 2005a, pp. 94–145. <http://www.vivario.org.br/publicue/media/Small_Arms_Holding_in_Brazil_Toward_a_comprehensive_mapping_of_guns_and_their_owners_By_Pablo_Dreyfus_e_Marcelo_de_Souza_Nascimento.pdf>
- Durkheim, Emile. 1951 (1ª edição 1897). *Suicide: A Study in Sociology*. Translated by John A. Sapulding and George Simpson. New York: Free Press.
- Fernandes, Rubem César, ed. 2005a. *Brazil: The Arms and the Victims*. Rio de Janeiro: ISER, Viva Rio, and Small Arms Survey. <http://www.vivario.org.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=_vivario_en&sid=28&inoid=962>
- . 2005b. Dados para uma Avaliação do Programa de Entrega Voluntária de Armas no Brasil. ISER. <<http://www.comunidadesegura.org/?q=pt/node/32175>>
- Hasenbalg, Carlos e Nelson do Valle Silva. 2003. *Origens e Destinos: Desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). n.d. Sítio <<http://www.ibge.gov.br/>>
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), e UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas, Autarquia, autônoma em política educacional, mas subordinada ao Governo do Estado de São Paulo). 2002. 'Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana.' In *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, Vol. 1. Brasília: IPEA, IBGE, e UNICAMP, 2002.
- ISER (Instituto de Estudos da Religião). A partir de 1977. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro: ISER.
- Jordão, Fátima Pacheco. 2006. *Percepção e Reações da Sociedade sobre a Violência Contra a Mulher, Pesquisa*. São Paulo: IBOPE/Instituto Patrícia Galvão. <http://www.patriciagalvao.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/pesquisa_ibope_2006_versao_site.pdf>
- Kellermann, A. L. J. A. Mercy. 1992. 'Men, Women, and Murder: Gender-Specific Differences in Rates of Fatal Violence and Victimization.' *Journal of Trauma*, Vol. 33, pp. 1–5.
- Lessing, Benjamin. 2005. 'Demand for Firearms in Rio de Janeiro.' In Fernandes, 2005a, pp. 202–21. <http://www.vivario.org.br/publicue/media/The_demand_for_firearms_in_Rio_de_Janeiro_by_Benjamin_Lessing.pdf>
- Lester, D. 1995. 'Preventing Suicide by Restricting Access to Methods for Suicide.' In R. F. W. Diekstra et al., eds. *Preventive Strategies on Suicide*. Leiden: Brill, pp. 163–72.
- Lisboa, Marcos de Barros e Mônica Viegas Andrade. 2000. 'Desesperança de Vida: Homicídio em Minas Gerais, Rio De Janeiro e São Paulo: 1981 a 1997.' *Ensaios Econômicos Da EPGE*, No. 383, pp. 3–4. <<http://epge.fgv.br/portal/arquivo/1232.pdf>>
- Ministério da Saúde. 2005. *Vidas Pouçadas*. Brasília: UNESCO. <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001408/140846por.pdf>>
- Moura, Tatiana. 2007. *Rostos Invisíveis da Violência Armada*. Rio de Janeiro: Viva Rio, Universidade de Coimbra, 7 Letras. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/outras/200313/rostos_invisiveis.pdf>

- Novaes, Regina e Paulo Vannuchi, eds. 2004. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo.
- Owensby, B. 2005. 'Toward a History of Brazil's "Cordial Racism": Race beyond Liberalism.' *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 47, No. 2, pp. 318–47. Cambridge University Press.
<http://journals.cambridge.org/download.php?file=%2FCSS%2FCSS47_02%2FS0010417505000150a.pdf&code=a550941418e433703f42f347c677729f>
- Phebo, Luciana. 2005. 'The Impact of Firearms on Public Health in Brazil.' In Fernandes, 2005a, pp. 4–25.
<http://www.vivario.org.br/publique/media/The_Impact_of_Firearms_on_Public_Health_in_Brazil_By_Luciana_Phebo.pdf>
- Ramos, Sílvia Julita Lemgruber. 2004. *Urban Violence, Public Safety Policies and Responses from Civil Society*. Social Watch Report.
<<http://www.socialwatch.org/en/informesNacionales/408.html>>
- Ramos, Sílvia e Leonarda Musumeci. 2006. *Elemento Suspeito: Abordagem política e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Reuters. 2006. 'Sao Paulo Gang Violence Death Toll Put at 187.' 27 May. <http://www.chinadaily.com.cn/world/2006-05/27/content_601750.htm>
- Rivero, Patrícia S. 2005. 'The Value of the Illegal Firearms Market in the City of Rio de Janeiro.' In Fernandes, 2005a, pp. 146–201.
<http://www.vivario.org.br/publique/media/The_Value_of_the_Illegal_Firearms_Market_in_the_City_of_Rio_de_Janeiro_by_Patricia_Rivero.pdf>
- Skidmore, Thomas E. 1976. 'The Historiography of Brazil, 1889–1964, Part II.' *Hispanic American Historical Review*, Vol. 56, pp. 81–109.
- Soares, Barbara Musumeci. 1996. 'Delegacia de atendimento à mulher: questão de gênero, número e grau.' In Luiz Eduardo Soares, 1996, pp. 107–23.
- Soares, Gláucio A. Dillon. 2006. 'Whose Death Is It Anyway?' *Ciência & Saúde Coletiva*, Vol. 11, No. 2, pp. 273–75. April–June. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/630/63011206.pdf>>
- Soares, Luiz Eduardo, ed. 1996. *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER/Relume Dumará.
- Waiselfisz, Julio Jacobo. 2006. *Mapa da Violência 2006: Os Jovens no Brasil*. Brasília: Organização dos Estados Ibero-americanos.
- WHO (World Health Organization). 2002. *World Report on Violence and Health*. Geneva: WHO. <<http://whqlibdoc.who.int/hq/2002/9241545615.pdf>>
- Zaluar, Alba. 2000. 'Exclusion and Public Policies: Theoretical Dilemmas and Political Alternatives.' *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, No. 1.
<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/nspe1/a03nesp1.pdf>>

CRÉDITOS

Autores principais

Rubem César Fernandes e Marcelo de Sousa Nascimento

Colaboradores

Jaison Cervi, Leonardo Costa, Miriam Costa, Pablo Dreyfus, Keila Lola, Julio Purcena, Patricia Rivero, Diego Solares, Alexis Teixeira, Nelson do Valle e Christina Vital da Cunha